

ARQUIVOS – MEMÓRIA – HISTÓRIA: ALGUMAS NOTAS PARA REFLEXÃO

Fernanda Ribeiro

Professora Auxiliar da Secção de Ciências Documentais do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A afirmação da Arquivística como disciplina é uma realidade relativamente recente, que se insere no contexto das mudanças político-ideológicas, sócio-económicas e culturais operadas pela Revolução Francesa e que está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento da Ciência Histórica. Com efeito, o interesse pelos arquivos como repositórios de informação, ou seja, como detentores da memória de entidades colectivas, cuja acção social influenciou a evolução em diacronia dos povos, das sociedades e dos estados, começou a manifestar-se, principalmente, a partir do século XVIII, no contexto do Racionalismo Iluminista. Antes dessa época, os arquivos eram vistos mais como instrumentos de apoio às administrações (perspectiva jurídico-administrativa) e aos interesses políticos, do que como fontes de informação de carácter cultural.

Em Portugal, a valorização dos arquivos na perspectiva histórico-cultural nasce associada à criação da Academia Real da História Portuguesa (8 de Dezembro de 1720) e acentua-se em finais da centúria com os trabalhos desenvolvidos pela Academia Real das Ciências, no âmbito da qual se destacam as acções de personalidades como João Pedro Ribeiro e Frei Joaquim de Santo Agostinho.

É, contudo, ao longo de Oitocentos e, em particular, na segunda metade do século, que se acentua o desenvolvimento da História e do Positivismo e, por consequência, o de algumas áreas instrumentais para a própria Ciência Histórica, que passaram a ser encaradas como as suas “ciências auxiliares”. Entre elas ressaltamos a Paleografia, a Diplomática e a Arquivística, saberes de carácter prático indispensáveis ao *métier* do historiador. O arquivista-paleógrafo, formado pela École Nationale des Chartes (criada em 1821), passou a constituir o modelo típico de profissional dos arquivos históricos, cuja acção se centrava na divulgação (mediante transcrições, elaboração de índices, inventários e catálogos) das fontes imprescindíveis à História da Nação, um dos valores mais caros à ideologia liberal.

No nosso país, como aliás em muitos outros, especialmente na Europa, implantou-se o modelo herdado da Revolução Francesa no que se refere aos arquivos. O Arquivo da Coroa converteu-se e transfigurou-se em Arquivo Nacional, passando a ser encarregado de recolher (incorporar) os arquivos dos

organismos estatais extintos pela nova ordem liberal ou de instituições privadas cujo património fora nacionalizado (cabe, neste caso, particular referência aos arquivos de instituições eclesiásticas). Estas medidas ocorrem, numa primeira fase, por razões de ordem administrativa/financeira e, mais tarde, por motivos de natureza cultural. O papel desempenhado por Alexandre Herculano quanto à identificação e recolha das “fontes históricas” na Torre do Tombo é o exemplo mais paradigmático da nova perspectiva que surgia e da estreita relação História/Arquivos que se incrementava.

Embora com estatuto de “ciência auxiliar”, a Arquivística ensaia a sua afirmação em grande parte por força dos interesses historiográficos. É, pois, no campo da História e por causa da História que um saber eminentemente prático e milenar é valorizado e ganha “consciência” disciplinar, que os arquivos são reconhecidos como lugares de memória e apreciados como bens patrimoniais e que, ao longo do século XIX, surgem em variados países organismos estatais para tutelar as políticas arquivísticas e biblioteconómicas – no caso português, a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, criada em 1887.

O modelo francês, histórico-positivista e patrimonialista, desenvolveu-se e consolidou-se ao longo do século XX mas, por efeito das condições sócio-económicas geradas pela 2ª e 3ª vagas de industrialização, da complexificação burocrática das administrações e da evolução tecnológica e científica, ganhou novos contornos que se traduziram num aprofundamento da vertente técnica e numa cada vez maior autonomização da Arquivística enquanto corpo de saber individualizado. Assim, a par da valorização da custódia dos documentos/preservação da memória, com particular expressão nos “arquivos históricos”, surgiu a necessidade de controlo e avaliação das massas documentais produzidas pelas administrações e uma área profissional diferenciada – a gestão de documentos –, o que produziu uma ruptura conceptual em termos disciplinares.

A autonomização ensaiada por via da técnica não conseguiu, contudo, superar o paradigma dominante e, por isso, não libertou a Arquivística de uma posição subsidiária em relação à História. Os interesses historiográficos que, no século XIX, contribuíram para uma valorização dos arquivos e do trabalho dos arquivistas acabaram, paradoxalmente, por gerar um efeito perverso, limitativo do “crescimento” científico da Arquivística e redutor do seu campo de intervenção e do seu objecto de estudo.

Nas duas últimas décadas, no contexto sócio-económico, cultural e tecnológico da Sociedade da Informação, a Arquivística entrou definitivamente numa nova fase – a era pós-custodial – em que os arquivos emergem como sistemas de informação social, cuja complexidade não se confina apenas à organização material dos documentos e ao seu tratamento técnico (elaboração de guias, inventários, catálogos e índices) para servir o investigador (leia-se historiador), mas implica um conhecimento da organicidade da informação (componente estrutural) e da sua funcionalidade (circulação, uso e organização) como elementos básicos do sistema que gera a memória organizacional.

Nestas novas circunstâncias, a Arquivística retorna, em certa medida, às origens, porque se liberta da tutela dominadora da História, mas evolui superando o empirismo e o tecnicismo que a têm caracterizado, graças ao desenvolvimento de uma fundamentação epistemológica abrangente e de um *corpus* conceptual na área científica em que se insere – a Ciência da Informação –, o que lhe permite, enquanto disciplina aplicada, ter um referencial teórico de base.

O novo paradigma, que nos últimos anos ganha expressão, obriga, necessariamente, a repensar a relação História/Arquivos, em termos diferentes. O arquivista, preparador de instrumentos de pesquisa para servir o historiador, começa a dar lugar ao profissional/cientista da informação que, numa relação de interdisciplinaridade, colabora com esse mesmo historiador partilhando algo em comum – a Informação. Contudo, enquanto que o historiador se serve dos arquivos como fontes de informação para desenvolver o seu trabalho de investigação sobre o passado, o arquivista relaciona-se com a informação de um modo completamente diverso, uma vez que ela constitui o seu objecto de estudo e é em torno dela que produz conhecimento científico.

É nesta linha de pensamento que projectos de investigação como o que serviu de motivo para a realização do Seminário “Os Arquivos do Vinhos em Gaia e Porto” ganham pleno sentido, associando num trabalho verdadeiramente interdisciplinar arquivistas e historiadores: os primeiros, estudando os sistemas de informação arquivística para os conhecerem em toda a sua complexidade e os divulgarem através dos instrumentos de acesso à informação e os segundos, usando essa informação para validarem/refutarem as hipóteses que formulam nas suas construções científicas sobre o passado.